



QUILOMBOLAS

Para defender a manutenção do Decreto nº 4887, que estabelece procedimentos para a titulação de terras às comunidades remanescentes de quilombos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) entrou na sexta-feira 17/7 com pedido de *amicus curiae* no Supremo Tribunal Federal (STF). *Amicus curiae* é uma expressão em latim que significa amigo da Corte, ou seja, não é amigo das partes que disputam uma

Fonte: Agência Brasil em <http://www.agenciabrasil.gov.br/>

questão na Justiça. A função de *amicus curiae* é chamar a atenção da Corte para fatos ou circunstâncias que poderiam não ser notados. Pressionada por movimentos sociais e ativistas de direitos humanos, no início do mês, a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou um pedido de audiência pública na Corte Suprema, com objetivo de aprofundar a discussão sobre a questão e apresentar aos ministros o ponto de vista das comunidades. Com a pe-

tição da AGU, são 15 os pedidos de audiência pública desde 2004, sem que nenhuma tenha sido realizada até hoje. O Decreto nº 4887 regulamenta o Artigo 68 da Constituição e é contestado em ação direta de inconstitucionalidade (Adin) protocolada pelo Democratas há cinco anos. O partido quer que a regulamentação do artigo passe pelo Congresso Nacional. O processo tem como relator o ministro Cezar Peluso e pode ser julgado este ano. “O

decreto é o coração da política pública do governo federal para quilombolas”, defende o consultor-geral da AGU, Ronaldo Jorge Araújo. “Elenca princípios básicos como o da auto-identificação, assegura que a terra ocupada não é o espaço meramente destinado à habitação, preserva o espaço para o desenvolvimento econômico, cultural e social das comunidades, além de caracterizar a propriedade como coletiva e não alienável”.

Governo contra-ataca na batalha judicial pelas terras quilombolas

Desde que o Brasil começou com a demarcação e titulação dos territórios quilombolas, em 1995, a destinação dessas terras para comunidades remanescentes de escravos vem sendo contestada, tanto nos meios de comunicação, quanto nos tribunais. Com o julgamento previsto

para um futuro breve, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o Decreto 4887/2003 foi impetrada em 2004 pelo antigo Partido da Frente Liberal, atual Democratas. O movimento mais recente nesse jogo do xadrez legal foi a petição junto ao Supremo Tribunal Federal

proposta pela Procuradoria Geral Federal - atendendo a solicitação do Incra -, requerendo que seja declarada improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto 4.887/2003. Além disso, segundo a Procuradoria do Incra, ele está em plena sintonia com os pres-

supostos no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que diz: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Fonte: Terra Magazine em <http://iurirubim.blog.terra.com.br/2009/07/27/governo-contra-ataca-na-batalha-judicial-pelas-terras-quilombolas/>

Quilombolas têm quase um milhão de hectares no Brasil

O levantamento Terras Quilombolas: Balanço 2008, divulgado recentemente pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, revela que os territórios quilombolas regularizados no Brasil estão chegan-

do à marca de um milhão de hectares. Essa área - mais precisamente, 980 mil hectares - está distribuída em 96 territórios quilombolas e 185 comunidades. Se considerarmos todos os títulos já

concedidos (incluindo os não regularizados, cujo valor legal ainda pode ser questionado), a conta passa de um milhão de hectares (1.171.213 até setembro de 2008). Embora os números pareçam signifi-

cativos, a própria Comissão Pró-Índio ainda os considera pequenos em relação à quantidade de comunidades quilombolas existentes no país, estimada em três mil.

Fonte: Terra Magazine em <http://iurirubim.blog.terra.com.br/2009/03/11/quilombolas-tem-quase-um-milhao-de-hectares-no-brasil/>

AGENDA LEGISLATIVA

Congresso Nacional em Recesso

EVENTOS

VII Congresso Latino Americano de Direito Florestal Ambiental

De 11 a 14 de agosto de 2009 - Curitiba, PR

<http://www.direitoflorestalambiental.com.br>

4º Congresso Internacional de Bioenergia

De 18 a 21 de agosto de 2009 - Expo Unimed, Curitiba, PR

<http://www.eventobioenergia.com.br>

Semana de Atualização para Técnicos Agroflorestais

De 25 a 28 de agosto de 2009 - Viçosa, MG

<http://www.sif.org.br>

V Workshop em Melhoramento Florestal

Dias 29 e 30 de setembro de 2009 - Piracicaba, SP

<http://www.ipef.br>

O NÚMERO É...

61

milhões de reais

o total de projetos florestais financiados, em 2008, pelo PROPFLORA - Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.